

O GOVERNO GEISEL (1974-1979): O ÁPICE DA DISPUTA PELO PODER ENTRE 'DUROS' E 'MODERADOS' E SUA EXPRESSÃO MEMORIALISTA ENTRE OS MILITARES.

*Geisel's government (1974-1979): the height of the dispute
for power between hard-liners and moderates and their
memorialist expression among the military.*

Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho*

Sonale Diane Pastro de Oliveira**

RESUMO



Neste momento, em que se percebe um movimento de revalorização da memória, a proposta deste artigo é analisar a disputa memorialista entre "duros" e "moderados" acerca da abertura política no Brasil (1974-1985). A análise da produção editorial dos militares, até hoje bastante negligenciada pela academia, nos remete aos bastidores do processo de redemocratização no Brasil, e nos permite vislumbrar as disputas políticas internas entre esses dois segmentos, bem como perceber em que medida esse embate influenciou os rumos da liberalização política. Para tanto, e considerando a aproximação teórica entre História, Memória e Poder, optamos pela análise de três obras memorialistas de militares que estiverem no controle do Estado durante a ditadura militar. Resgatar esse embate, além de contribuir para a caracterização do pensamento militar brasileiro, nos permitirá melhor compreender os rumos da democracia no Brasil, pós 1985.

Palavras-chave: *Abertura política. Militares. Duros. Moderados. Disputa memorialista.*

* Doutora em História Social pela FFLCH/USP. Professora e pesquisadora da Universidade Federal do ABC/UFABC/ Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Santo André, São Paulo.

** Doutoranda e Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC/UFABC. Graduada e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo/USP.

ABSTRACT



At that moment in which we see a movement of revaluation of the memory, the purpose of this article is to analyze the dispute memoirist between "hard-liners" and "the moderate wing" about political opening in Brazil (1974-1985). The analysis of editorial production of the military, so far quite neglected by the Academy, brings us behind the scenes of the democratization process in Brazil, and allows us to have a glimpse at the internal political disputes between these two segments, as well as realize to what extent this clash influenced the course of political liberalization. To do so, and considering the theoretical approach between history, memory and power, we opted for the analysis of six Brazilian novelist works of military personnel who are in control of the State or in front of important organs of repression during the military dictatorship. By redeeming this clash, we can enrich our understanding not only of the period in question, but also of Brazil that emerged after the return of civilian Government.

Keywords: *Liberalization. Military. 'hard-liners' . The moderate wing' . Memorialist dispute.*

Introdução

Entre as inúmeras características da sociedade pós-moderna - informacional para Castells (1999); sociedade do espetáculo, para Debord (1997) - uma tem chamado a atenção dos estudiosos: as transformações quanto à percepção do tempo e as dificuldades dos indivíduos para a cristalização do passado. Trata-se de uma situação preocupante, pois interfere na identidade coletiva à medida que relega a História ao campo da irrelevância.

Nesse contexto, contrariando as expectativas mais pessimistas e tendo em vista o caráter imperativo de recuperar, valorizar e transmitir o passado para sucessivas gerações, surge um movimento de resgate da memória, importante elo entre o passado e o presente.

Devemos salientar que o modo como determinada sociedade vive seu passado e como constitui sua memória coletiva e sua história contribuem para a compreensão da dinâmica social e, particularmente, para os fatores que envolvem as relações de poder e sua legitimação.

A relação indissociável entre memória, história e poder tem resultado em debates teóricos intensos. A história nos remete ao resgate do passado e à sua relação com o presente. Essa relação é garantida, em parte, pela memória que, enquanto componente do tempo presente, permite relativa subtração do distanciamento entre ambos, por meio do testemunho (RICOEUR, 2007).

Halbwachs (2006) atribui a memória a uma entidade coletiva: a sociedade, e Pollak (1989, 9) afirma ser a memória uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” , podendo, portanto, converter-se “em um discurso (...) em algo comunicado e em elemento de comunicação (...)” (ARÓSTEGUI, 2006, 290).

Desse modo, uma vez que o indivíduo está inserido na sociedade, sofrendo influências da mesma, a lembrança torna-se algo compartilhado; em outras palavras, a recordação é um fenômeno mnemônico fundamental que temos “enquanto membros de um grupo” (RICOEUR, 2007, 131), havendo, então, mútua interferência entre memória individual e memória coletiva.

Para Cardoso (2005), a memória coletiva pode ser entendida como

um conjunto de elementos estruturados que aparecem como recordações, socialmente partilhadas, de que disponha uma comunidade sobre sua própria trajetória no tempo, construída de modo a incluir não só aspectos selecionados, reinterpretados e até inventados dessa trajetória como, também, uma apreciação moral ou juízo de valor sobre ela. (CARDOSO, 2005, 17)

Disso decorre que, mesmo adotando o entendimento do grupo, cremos que somos “autores de nossas crenças” (RICOEUR, 2007, 133). Essa situação, não apenas fortalece a convicção acerca de nossa percepção do mundo, mas também reforça nossa identidade em relação à trajetória histórica da sociedade à qual pertencemos.

Tendo em vista essa historicidade da memória, infere-se que o indivíduo/grupo seleciona aquilo que deve ser lembrado, a partir de sua compreensão de mundo, o que impossibilita uma postura neutra no ato de lembrar ou de escrever sobre o passado. Nossa posição na sociedade e as convicções que alimentamos serão decisivas para a seleção e para a interpretação dos fatos lembrados ou esquecidos; logo, para além de memórias individuais, a memória é social e pode estar a serviço de projetos políticos específicos.

Ricoeur (2007) afirma que lembrar é buscar uma imagem do passado. Entretanto, nos alerta o autor, ainda que a pretensão da memória seja a verdade, esse exercício de rememoração incorre no risco da incerteza, comprometendo a ambição pela verdade e evidenciando “a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação” (RICOEUR, 2007, 72).

Para Todorov (2000), a memória pressupõe seleção simultânea dos fatos que serão lembrados e esquecidos, uma interação entre conservação e apagamento, em geral, ligados a eventos de identidade ou, conforme Le Goff (2003), de constrangimento na história de determinado povo.

Nesse sentido, é fundamental atentarmos para os atores e interesses envolvidos no processo de construção e fixação da memória coletiva, bem como aos usos que se pretende desse passado recuperado e, conscientemente ou não, selecionado (TODOROV, 2000).

Importante ressaltar, portanto, que o passado que se rememora é uma construção que resulta de escolhas, implicando em seleção e interpretação de documentos e na determinação de critérios adotados para o 'esquecimento' de certos eventos, cujos resultados podem estar a serviço de um grupo social, de uma ideologia ou de um regime político. Nesse sentido, Pollak (1989) destaca que a memória nacional – para Halbwachs (2006), compêndio da memória coletiva – tem caráter opressor.

Le Goff nos alerta para o fato de que

tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, 422)

Corroborando essa ideia, Lefort (apud CARDOSO, 2000, 4) afirma que a memória coletiva “retém do passado o que convém à sua representação do presente, e é moldada em nossa época, cada vez mais insistentemente, pelo pequeno número que dispõe dos meios para difundir estas representações (...)” .

Inferimos, portanto, que memória é poder em função dos diferentes usos que dela se pode fazer. Recordar ou esquecer é importante instrumento daqueles que se consideram responsáveis pela elaboração da memória coletiva, “solo de enraizamento da historiografia” , segundo Ricoeur (2007, 83).

O autor afirma que a ideologia – que permeia o trabalho de reconstrução da história a ser rememorada – é o fator fundamental no que tange à manipulação da memória, pois atua distorcendo a realidade, legitimando a ordem social e garantindo credibilidade ao sistema de poder.

Em vista disso, temos a necessidade de problematizar a memória enquanto objeto de manipulação e instrumento de poder (LE GOFF, 2003), e de questionar os resultados dos atos que se pretendem fundados sobre a memória do passado (Todorov, 2000).

Reconhecendo que a linguagem é portadora da memória (RICOEUR apud SILVA, 2002), destaca-se que a memória coletiva, para se estruturar a partir da memória individual, depende de um trabalho deliberado de reconstrução da memória no interior do grupo, e essa reconstrução, invariavelmente, está atrelada a um trabalho narrativo realizado por indivíduos localizados no tempo e imbuídos de posições ideológicas; portanto, segundo Ricoeur (2007, 98), é possível utilizar recursos narrativos para promover uma “ideologização da memória” .

Em que pesem tais críticas, Cardoso (2005) ressalta as possibilidades reais de resistência do passado - garantidas pela continuidade entre os fatos - frente às tentativas de distorção. Também devemos considerar que, segundo a tradição hermenêutica, a interpretação de mensagens de conteúdo simbólico – a exemplo da narrativa histórica/memorialista - ocorre de forma contextualizada, ou seja, vinculada a conjecturas e expectativas pessoais e/ou sociais.

Além disso, os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem para interpretar, dar sentido e incorporar (ou não) o conteúdo recebido (THOMPSON, 1995), o que impede que as pessoas se transformem em receptores acríticos, garantindo-lhes algum nível de autonomia para organizar e decidir comportamentos frente a qualquer mensagem de conteúdo simbólico (CASTELLS, 1999).

Essas considerações nos permitem perceber a complexidade que envolve a temática da memória, um fenômeno coletivo que, mesmo quando se torna alvo de controvérsias, pode nos revelar o espírito de uma época.

História, memória e poder: uma aproximação teórica

Voltando nossa atenção para o Brasil contemporâneo, a problemática da memória emerge em função do longo período ditatorial recente. Nesse período, sob o comando dos militares, o Estado atribuiu a si o direito de controlar a seleção do que deveria ser lembrado ou esquecido, de acordo com suas necessidades político-ideológicas.

A partir de meados da década de 1970, o decurso da transição para a democracia teria importantes implicações na percepção da sociedade acerca da história nacional, interferindo, particularmente, no que tange à memória coletiva relativa à ditadura.

Corroborando, Reis (2004) aponta que

sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidas por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento. (REIS, 2004, 49)

De fato, suscitada por reformas, observa-se a “irrupção de memórias até então subterrâneas” (POLLAK, 1989, 8), cujo produto é um profícuo trabalho de recuperação, reflexão e escrita da história nacional sob o governo militar, entre o final dos anos 1970 e meados da década seguinte.

São obras memorialistas de personagens que participaram diretamente do confronto político-ideológico que marcou a ditadura militar brasileira.¹ Seus relatos resgatam embates vividos e denunciam Estado, dirigentes e colaboradores por crimes políticos, produção que muito contribuiu para os estudos acadêmicos acerca do tema.

Essas primeiras publicações, carregadas de grande apelo emocional, enfatizaram questões específicas ligadas a experiências dramáticas de humilhação e sofrimento - torturas e inúmeros casos de desaparecimentos de opositores políticos - que condicionaram a própria Lei da Anistia – para alguns, um pacto de esquecimento – numa acirrada disputa.²

Ao que parece, o *estatuto* de vítima – recorrendo a Todorov (2000) - garantia a esses homens e mulheres o direito de protestar e de reivindicar. Nessas circunstâncias, afirma o autor, a reconstrução do passado torna-se um ato de oposição ao poder, promovendo a não aceitação do esquecimento (TODOROV, 2000). Desse modo, a convicção quanto ao “dever de memória” (RICOEUR, 2007, 99) encoraja as “memórias proibidas, clandestinas” a invadirem o espaço público, passando da mudez à contestação (POLLAK, 1989, 5).

Nessa mesma linha, Barbosa (2008, 28-29) afirma que a preservação da memória histórica, fundada na verdade, além de interferir nas relações humanas, orientar e transformar os valores e as ações sociais em defesa da liberdade é também um ato de resistência, uma vez que as

¹ Entre essas obras, destacamos algumas das mais expressivas: Tapajós, R. Em Câmara Lenta (1977); Gabeira, F. O que é isso, companheiro (1979); Sirkis, A. Os Carbonários – memórias da guerrilha perdida (1980); Frei Betto. Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella (1981); Arns, D. Paulo E. (org.) Brasil Nunca Mais (1985) e Gorender, J. Combate nas Trevas (1987). Sobre o tema, ver Martins Filho (2002).

² Lei 6683/79 - Concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre setembro/1961 e agosto/79, cometeram crimes políticos ou conexos com estes. Consideram-se conexos os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2012.

ditaduras utilizam-se da estratégia do esquecimento e do silêncio para não “ajustar contas com o passado” , omitindo fatos históricos e deixando as futuras gerações na ignorância. Schilling (2010), adotando uma perspectiva foucaultiana, aponta a memória como arma libertadora, pois considera que o conhecimento empodera e abre caminho para a resistência.

Devemos considerar, entretanto, que, se por um lado essa produção editorial fortalecia o espírito combativo da sociedade em busca do retorno à democracia, também comprometia a imagem do governo militar junto à sociedade, alimentando a insatisfação de uma ala mais radical das Forças Armadas – os chamados ‘linha-dura’ , explicitamente contrários à abertura política -, situação que poderia ameaçar o projeto político de liberalização.

Para os militares, a ameaça representada pelos ataques ao regime que começava a se fraturar derivava de um inusitado porvir, de indagações sobre seu futuro num governo democrático. Isso porque, segundo Pollak (1989, 5), “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” .

Tais publicações, com destaque para o livro **Brasil Nunca Mais** (1985), repercutiram de maneira decisiva para a contraofensiva editorial dos militares, a partir da década de 1990, levando-os a abandonar a postura, que prevalecia, em favor do esquecimento (MARTINS, 2002). São lideranças, oficiais e colaboradores que contam sua versão dos fatos, caracterizando uma disputa pela memória entre dominantes e dominados, recentemente alimentada pela criação da Comissão Nacional da Verdade.

Apesar de um discurso geral em defesa da ditadura, vislumbramos nessa produção memorialista o panorama tenso dos meios militares e a falta de coesão quanto à memória do período, refletindo justamente as dissensões que marcaram a decisão e o processo de abertura.

Partindo desse pressuposto, e buscando avançar no estudo da temática da disputa pela memória, analisamos atentamente as produções editoriais de caráter memorialista de personagens que estiveram à frente do Estado brasileiro no período. O objetivo é discutir e compreender a disputa entre os próprios militares pela memória da distensão política no país, uma produção que, pelo seu posicionamento mais conservador, tem sido negligenciada nas pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, selecionamos três obras memorialistas de militares que atuaram mais diretamente no comando político do Estado, fato que garante a relevância dos depoimentos. São elas: **Ernesto Geisel**, obra organizada por Maria Celina S. D’Araujo e Celso Castro (SP: FGV, 3ª edição, 1997); **Ideais Traídos**, do general Sylvio Frota, (RJ: Zahar, 2ª edição, 2006) e **O Outro Lado do Poder**, do general Hugo Abreu (RJ: Nova Fronteira, 1979).

A partir da identificação dos temas e dos recursos linguísticos selecionados, da análise da inflexão discursiva e do exame do plano narrativo, buscamos captar as incongruências e os pontos de consenso acerca da distensão política. O cotejamento das obras selecionadas, além de contribuir para a melhor caracterização do pensamento militar brasileiro, permite uma reveladora incursão pelos bastidores da abertura, ao expor os confrontos políticos e os aspectos que interferiram no processo de liberalização.

O processo de abertura e o embate entre 'duros' e 'moderados'

Ainda que a proposta de análise esteja centrada na abertura política (1974-1985), vale salientar que as narrativas estudadas não prescindem de discutir os anos iniciais da ditadura militar. Ressalte-se que, apesar de algumas divergências, prevalece o consenso nas abordagens de temas delicados que marcaram o período, contribuindo para garantir legitimidade à primeira década do regime militar. Na mesma medida, a inadvertência dos depoentes em relação aos fatos que marcaram o último governo militar – sob a liderança do presidente Figueiredo –, nos indica que os rumos da liberalização, nesse momento, já estavam definidos.

Desse modo, percebe-se, claramente, que as divergências, mais sutis *a priori*, tendem a se acentuar a partir de 1974, momento de ascensão de Ernesto Geisel, atingindo seu ponto máximo por ocasião da sucessão presidencial de 1979. O nítido embate memorialista que se observa ilustra, de maneira muito rica, o confronto entre os dois mais influentes grupos que se formaram no Exército, a partir de 1964, e que disputaram, permanentemente, o controle político do Estado: moderados e linha dura.

O embate no campo da memória, como também a relevância atribuída pelos depoentes, reforçam nossa percepção de que o período 1974-1979 foi o auge dessas divergências internas; momento absolutamente decisivo para os rumos da ditadura militar.

À frente de ambos os grupos, identificamos dois líderes efetivos. De um lado, o general Ernesto Geisel, Presidente da República e ligado à ala dos moderados; de outro, o general Sylvio Frota, líder da linha-dura, nomeado e exonerado do posto de Ministro do Exército (1974-1977) pelo próprio Geisel.

O lançamento da proposta de distensão pelo presidente Geisel deflagrou o dissenso. Para Geisel e seus aliados chegara o momento de priorizar o desenvolvimento e devolver o poder aos civis. Em seu depoimento, afirma, categoricamente, que essa parcela dos militares estava “cansada da permanência do Exército no poder, da responsabilidade de governar”

(D' ARAÚJO; CASTRO, 1997, 402), por isso era a favor da abertura. Devemos ressaltar a ênfase na percepção de que a abertura foi uma decisão deliberada dos militares que dirigiam o Estado, relegando, assim, em suas memórias, as pressões populares que já emergiam ao esquecimento.

Geisel afirma que os focos de luta armada encontravam-se enfraquecidos e desestruturados, e que, para diminuir o risco de uma nova escalada da esquerda armada, pretendiam controlar o processo, avançar de maneira cuidadosa, lenta e gradual, sem um prazo rígido e prefixado, posição compartilhada por Hugo Abreu, que não considerava esse um problema de relevo ao projeto de abertura.³

Contrapondo-se, Frota avalia que a decisão pela abertura foi precoce, um erro, resultado da análise equivocada da realidade nacional, tendo em vista que “a subversão, no início do ano de 1975, continuava contida, mas não estava debelada” (FROTA, 2006, 128).

Em defesa de seu posicionamento, Frota passa a valorizar, em seu discurso, o ressurgimento de manifestações de oposição envolvendo UNE, clero progressista, imprensa, OAB e MDB. Para o general, as manifestações eram o sintoma nítido do trabalho clandestino e obstinado do PCB que, além de estar se infiltrando em diferentes segmentos da sociedade, também se infiltrava no governo para dominá-lo, renunciando à estratégia da violência. Segundo ele, a perspectiva democrática acenada pelo governo criava fendas e permitia o domínio comunista gradativo, de acordo com as orientações do Movimento Comunista Internacional. Note-se que, nessa perspectiva, o Exército é entendido como o condutor das massas, tidas como informes, ingênuas e destituídas de projeto político. Tal concepção é recorrente e marcante nas narrativas estudadas.

Como principal contendor de Geisel no que se refere às ações da esquerda, Frota constrói sua argumentação como o roteiro de uma obra de suspense. Descreve os supostos sinais da ameaçadora estratégia comunista utilizando afirmações como “uma inteligente, pertinaz e maliciosa obstinação marxista de invadir e espionar o ambiente democrático” (FROTA, 2006, 220), “infiltra-se em todos os níveis, colhe informações e domina todo o organismo social” (FROTA, 2006, 364) e “atingindo as agitações e intranquilidade pública níveis iguais, se não superiores, aos de 1964” (FROTA, 2006, 149). Seu objetivo é criar, ao longo da obra, uma atmosfera de desconfiança e tensão. Num crescente, essa tensão tende a sensibilizar e envolver o leitor frente à ‘iminência’ do perigo, justificando o posicionamento contrário à proposta política de Geisel.

Reconhecendo as agitações existentes no meio estudantil durante os primeiros anos do governo Geisel, chama a atenção, no depoimento de Hugo Abreu, as referências aos órgãos

³ Hugo Abreu foi nomeado Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, ainda em 1974, pelo presidente Ernesto Geisel.

de informação: “as informações fornecidas pelo SNI davam conta de um movimento nacional de agitação nos moldes do de 1968 que acabaria ‘encostando o governo na parede’ e levando-o a tomar medidas mais drásticas” (ABREU, 1979, 64-65). Trata-se da leitura dos órgãos de informação, sob controle da linha-dura, portanto, de antemão contrários ao governo e ao seu projeto de distensão e, obviamente, necessitando de uma justificativa para tal oposição.

Numa avaliação precisa das pressões que sofria em relação ao projeto de abertura, Geisel constata: “Se, de um lado, eu tinha que atender ao problema político, ao problema da liberdade de expressão, às prerrogativas próprias da democracia, de outro lado, eu tinha que atender ao setor revolucionário” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 400). E conclui: a “luta se travava em duas frentes” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 420).

Sobre a ala mais radical das Forças Armadas, afirma que era necessário conter sua intransigência. Segundo ele, “com essa obsessão da conspiração, das coisas comunistas, da esquerda” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 377), esses militares exigiam a manutenção de um sistema repressivo exageradamente forte e atuante, em descompasso com as pretensões políticas do governo.

De outro lado, o presidente Geisel cita a falta de compreensão de sua proposta de liberalização paulatina por parte da oposição parlamentar; reconhece, entretanto, a necessidade e as vantagens do diálogo com as forças político-partidárias de oposição, potenciais aliados do projeto de abertura ‘pelo alto’ .

Geisel também imputa à falta de cautela da imprensa e da Igreja Católica - oposição tolerada - a lentidão no processo de abertura. Sua atuação agressiva e radical, as hostilidades às Forças Armadas fechavam o caminho para o diálogo e exigiam, do governo, medidas de refluxo para impedir o fortalecimento do discurso em favor do retrocesso. Vale ressaltar que não aponta a sociedade civil como elemento a ser considerado nessa dinâmica, o que reforça a perspectiva de que o Estado teria sido protagonista do processo de abertura, mantendo pleno controle do mesmo.

Tratava-se de uma situação delicada. Reconhece que era um jogo e que não desejava declarar guerra aberta contra a linha-dura, pois não poderia prescindir do apoio dos militares, sustentáculos do governo. Confessa: “se eu não agisse contra a oposição com determinadas formas de repressão, inclusive com a cassação, eu perderia terreno junto à área militar. Sobretudo na área mais exacerbada da linha dura” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 390). Admite, entretanto, que era preciso combater os excessos da repressão e ganhar o apoio da sociedade.

Contribuindo para o clima de instabilidade, em meados de 1970, os governos militares brasileiros passariam a ser denunciados no exterior: eram apresentados como regimes de

opressão, responsáveis por impingir torturas aos presos políticos, em desrespeito às liberdades individuais e aos direitos humanos.

Para Frota, sempre em tom apaixonado e afirmando com veemência ter inibido possíveis ações violentas por parte de militares de baixas patentes, as denúncias eram “vis e covardes imputações feitas a homens que, sem medir esforços nem temer perigos, lutavam pela **preservação do regime democrático** e pela conseqüente tranquilidade da família brasileira” (FROTA, 2006, 128).⁴ Interessante como o general insiste em caracterizar o regime como democrático, ao mesmo tempo em que se opõe ao projeto de abertura e defende a manutenção de uma estrutura repressiva.

Em tom mais ameno, mas na mesma direção, afirma Geisel: “para mim, no meu conceito, a Anistia é um organismo tendencioso e infiltrado pela esquerda, destinado a explorar essas questões. Não dou à Anistia a credibilidade que se lhe procura dar como organismo internacional” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 232).

Em contrapartida, destoando de Geisel e de Frota, Hugo Abreu (1979, 59) declara: “nós não temos democracia, nós realmente não respeitamos os direitos humanos de nossos cidadãos (...)” . Trata-se da única declaração, entre os autores analisados, a reconhecer abertamente essa realidade, sem preocupar-se com justificativas ou com alegações que minimizem os abusos cometidos pelo Estado.

Contribuindo com essa ‘onda difamatória’ , em 1975, o governo enfrentou o caso Herzog. Negando a denúncia de tortura, Frota destaca a exploração política do fato por clérigos e parlamentares de esquerda que, interessados na dissolução ou na restrição das atividades dos órgãos de segurança, os classificavam como “ninhos de irresponsáveis e sádicos torturadores” (FROTA, 2006, 223).

Para a linha-dura, aqui representada pelo general Frota, a campanha desferida contra o Exército configurava um discurso perigoso, visto sua clara pretensão de sensibilizar o leitor, de mexer com suas emoções de modo a interferir no comportamento social e de influenciar sua postura política. Tratar-se-ia de uma estratégia com grande potencial desestabilizador, podendo fragilizar ainda mais o regime e, dessa forma, ampliar os espaços de atuação comunista.

Hugo Abreu, que afirma não ser possível “continuar tolerando tais abusos” (ABREU, 1979, 107), destaca a determinação de Geisel no combate à violência dos órgãos de repressão e sinaliza o caso Herzog como o início do processo de deterioração nas relações do ministro do exército com o presidente.

⁴ O destaque em negrito não consta do original.

O ministro Frota, profundamente contrariado com a atuação de Geisel, insiste na tese da infiltração comunista no governo. Nesse sentido, cita um documento (que consta de anexo em seu livro), no qual Francisco Julião, conhecido líder comunista, teria afirmado no México, em 1975, que o Brasil, sob a administração Geisel, mudava de fisionomia, que “o general Ernesto Geisel está convencido de que o Brasil deve abraçar o pluralismo ideológico e inclinar-se para onde se inclinam os povos da América Latina (...)” , e, literalmente, declara: “Geisel já está contando com a colaboração de elementos nossos, em certos ministérios” (FROTA, 2006, 137-138).

Segundo Frota, os comunistas contavam com um governo complacente, que permitia a esses elementos “que permanecessem intocáveis em suas atividades desagregadoras” , negligência que não o teria surpreendido, pois “sabia de seus pendores esquerdistas (...)” (FROTA, 2006, 364).

Essa afirmação é crucial na interpretação dos militares linha-dura acerca da decisão em favor da abertura implementada pelo presidente Geisel: **esquerdização**. Para Frota, essa tendência, perceptível desde o início de seu governo, em pouco tempo tornar-se-ia uma “obsessiva marcha para a esquerda” (FROTA, 2006, 118), afirmação que atinge o grau máximo de intensidade retórica de toda a obra, seu clímax.

Irônico, Geisel afirma que, em função dessa postura paranoica, passou a analisar com maior crivo as informações que lhe chegavam pelas mãos do ministro, pois “frequentemente eram apaixonadas, nem sempre eram isentas” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 368).

Não obstante, Frota destaca uma declaração de Geisel a ele, então Ministro do Exército, que poderia dirimir qualquer dúvida sobre a suposta esquerdização: “tu sabes perfeitamente que eu não sou infenso às esquerdas...” (FROTA, 2006, 367).

Declaração tão incisiva esclarece a tese-título de seu livro – Ideais Traídos - de que a revolução estaria sendo traída, uma vez que, tendo como uma de suas finalidades principais justamente o combate ao marxismo, nada mais incoerente do que ser conduzida por um governo a ele obsequioso. Para Frota, eram indícios irrefutáveis de que o país, “havia tempos (...) tornara-se UM PAÍS QUE VAI PARA A ESQUERDA” - parafraseando propaganda do governo Médici -, “lema mais adequado às tendências dos homens do governo Geisel” (FROTA, 2006, 556).⁵

Nesse panorama de polarização ideológica, Frota entendia que a fidelidade ao presidente “...importava na infidelidade à Revolução, visto que seu procedimento chocava-se ideologicamente com o pensamento basilar do Movimento de 1964, que era e é de combater

⁵ O destaque em caixa alta é do próprio autor.

o comunismo e seus comparsas da luta ascensional ao poder, isto é, os homens de esquerda.” (FROTA, 2006, 629)

Trata-se de um embate inesgotável. As divergências, inconciliáveis, por fim, contaminaram o processo de sucessão presidencial, transformando-a no momento derradeiro para os rumos da distensão. É possível apreender essa luta pelo poder, protagonizada por Ernesto Geisel e Sylvio Frota, como o auge da dissensão, iniciada ainda em 1964, entre moderados e duros. Para a linha-dura, era o momento limite na tentativa de reverter os avanços políticos rumo à liquidação da ditadura. A exoneração de Frota, em outubro de 1977, simbolizaria a derrota dessa pretensão.

Geisel afirma que a escolha de seu sucessor era imprescindível para a continuidade do projeto de abertura, percepção confirmada pelo destaque que Frota e Hugo Abreu dispensam ao tema.

Nessa perspectiva, Geisel analisa algumas reformas políticas que realizou, segundo ele, objetivando diminuir as áreas de tensão e garantir melhores condições para o desfecho do processo de abertura.⁶

Para Frota, as reformas comprovam, mais uma vez, a falta de ética e o oportunismo de Geisel; tratar-se-ia de uma jogada estratégica “da cavilosa contra-revolução branca do general Ernesto Geisel” (FROTA, 2006, 460), agindo como os governos totalitários, que “fabricam as leis para assegurar sua permanência no poder” (FROTA, 2006, 347).

Em vista dos desafios que se avizinhavam, Geisel declara, aberta e categoricamente: “o problema fundamental na escolha do meu sucessor, com a abertura que se pretendia fazer, era assegurar a continuidade dessa ação e, bem assim, assegurar ao novo governo a indispensável estabilidade” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 412).

Com esse intento, Frota salienta que o presidente teria realizado inúmeras manobras, algumas delas descritas em sua obra. O termo ‘manobra’, citado repetidas vezes, tem a clara intenção de atingir a imagem do presidente.

As alegações de Frota soam críveis, sobretudo quando se atenta para as datas das reformas (1976-1977) e a data em que foi definida a candidatura de Figueiredo (janeiro de 1978). Isso porque, ao comentar as citadas reformas políticas, Geisel declara que tais medidas foram aprovadas visando a “habilitar politicamente o país para que o novo presidente pudesse enfrentar o problema da abertura e assim governar”. Frisa sua expectativa de que o futuro governante tivesse condições de “continuar no caminho de acabar com os resquícios próprios da revolução” e que foram aprovadas **“com o conhecimento do Figueiredo”**

⁶ Ernesto Geisel destaca a aprovação da Lei Falcão (1976) e do Pacote de Abril (1977).

(D' ARAÚJO; CASTRO, 1997, 394-395).⁷ Portanto, é provável que desde 1976-1977 Geisel o avaliasse como possível sucessor, sem considerar o posicionamento das Forças Armadas.

Contra a indicação de Figueiredo havia a questão hierárquica, cujo peso nos meios militares é decisivo. Assim, Frota denuncia que, pretendendo garantir a Figueiredo a posição necessária para sua ascensão dentro da hierarquia militar, Geisel procurou eliminar empecilhos de ordem moral ou constrangimentos institucionais, manipulando promoções para controlar a composição do Alto Comando Revolucionário, de modo a adequá-lo a seus futuros propósitos políticos.

Para Frota, ao ignorar o critério fundamental do mérito militar na definição das promoções, o presidente ameaçava a estabilidade da instituição. Estaria também “ceifando os verdadeiros revolucionários” (FROTA, 2006, 398), designação que, lamenta Frota, vinha se tornando depreciativa, sinônimo de radical, termo utilizado para definir “os que não comungavam das ideias de esquerda dos ocupantes do palácio do Planalto” (FROTA, 2006, 389).

A avaliação de Frota quanto às ‘manobras’ realizadas em torno da questão sucessória será reforçada pela narrativa de Hugo Abreu, que denuncia a “campanha externa para conseguir fabricar a imagem do candidato [no caso, Figueiredo]” (ABREU, 1979, 89). O seu alvo principal é sempre o general Golbery, a quem se refere utilizando termos pejorativos - falsidade, cinismo, mentiroso – e com uma repulsa moral que transborda do texto. Tecendo considerações sobre a aprovação das reformas de 1976 e 1977, afirma:

Tenho quase certeza de que o presidente Geisel não participou da farsa inicial. (...) Assim Golbery impôs sozinho, a toda a Nação, uma série de medidas que atendiam a seus interesses pessoais, aos interesses de seus amigos e talvez mesmo aos interesses de suas estimadas multinacionais. (ABREU, 1979, 69-70)

Diante dessa convicção, teria alertado o presidente sobre as maquinações que envolviam o ministro Chefe da Casa Civil, general Golbery. Nitidamente, sua narrativa evolui de uma postura mais benevolente, quando trata dos primeiros anos do governo Geisel, para uma crítica mordaz, ora indignada, ora incrédula, após a indicação de Figueiredo para a sucessão presidencial.

⁷ Grifo nosso, não consta do original.

Chama atenção a defesa que faz de Geisel, supostamente enredado em uma farsa “maquiavélica, torpe, monstruosa e doentia” , articulada pelo “grupo palaciano” (ABREU, 1979, 70), sob a liderança de Golbery.⁸

Segundo o ministro da Casa Militar, general Hugo Abreu, o citado ‘grupo palaciano’ que ele chega a comparar a mafiosos, estava preparado para uma verdadeira “guerra de extermínio” (ABREU, 1979, 79) para impor o nome de seu candidato ao presidente e à Nação. Com esse intento, destaca que

os próprios elementos do grupo [de Golbery] costumam afirmar que o nome de Figueiredo foi escolhido (...) quando se iniciavam os primeiros passos para a constituição do governo Geisel, ou seja, portanto, no final de 1973 ou princípios de 1974. (ABREU, 1979, 77)

Mais uma vez, tende a minimizar o envolvimento de Geisel nessas “manobras escusas” ; por fim, sentencia: “seu mal terá sido deixar-se envolver pela manobra do grupo, à qual acabou aderindo, no final” (ABREU, 1979, 87).

Frota, corroborando, afirma:

Tínhamos, o presidente Geisel e eu, um compromisso de honra com a Nação – de não tratar do problema sucessório antes do ano de 1978. Honrei-o até o último instante em que fui ministro. Seus auxiliares diretos, todavia, agiram de forma contrária às suas afirmações públicas. (FROTA, 2006, 451)

O compromisso em questão é confirmado por Geisel, que o justificou alegando a defesa da estabilidade política e dos interesses nacionais. Tal declaração, entretanto, contrasta com afirmações anteriores que já apontam Figueiredo como sucessor, inconsistência que reforça as suspeitas de Frota sobre a anuência do presidente para as articulações em torno da sucessão.

⁸ O referido grupo palaciano seria composto por “Falcão, Petrônio Portella, Francelino, Marco Maciel, Heitor e Figueiredo” (ABREU, 1979, 70).

A importância desse momento para os rumos da política nacional fica muito nítida pelo destaque das narrativas de Geisel, Frota e Hugo Abreu à disputa pela sucessão presidencial, tema que surge nas discussões do período muito precocemente. Trata-se de uma conjuntura decisiva, mas pouco estudada.

Aprofundando o debate, Abreu (1979) destaca que o problema não se resumia apenas aos ardis utilizados para garantir essa indicação, mas passava pela inviabilidade do candidato em questão, pois o “considerava inteiramente **despreparado** para a função (...). Além de **fraco intelectualmente** e de **pouca cultura** (...) era **omisso** e procedera **deslealmente** para com o Chefe da Nação em várias oportunidades” (ABREU, 1979, 160). Como se não bastasse, em sua opinião, “não merecia a confiança das Forças Armadas, não tinha qualquer apoio político ou popular, e estava comprometido com grupos econômicos já engajados em sua candidatura” (ABREU, 1979, 182), com os quais teria “compromissos **pouco éticos**” (ABREU, 1979, 157).⁹ Desse modo, insiste: “a fragilidade do candidato, como é óbvio, não serviria à pretendida institucionalização política do país” (ABREU, 1979, 157).

Como se pode perceber pela adjetivação desqualificadora, a aversão à candidatura Figueiredo não era exclusividade da linha-dura. Incluía, nesse caso, o general Hugo Abreu, declaradamente favorável à abertura política e identificado, em outros tempos, como ‘castelista’, situação que foge à lógica da disputa política central. Aliás, é relevante salientar que o depoimento de Hugo Abreu mostrou-se um ponto de intersecção muito interessante entre os depoimentos de Geisel e Frota. Num primeiro momento, identifica-se mais com o presidente Geisel e, à medida que a questão sucessória aproxima-se, tende a concordar com a avaliação de Frota, reforçando-a.

O fato é que, apesar disso, Geisel anunciaria, nos primeiros dias de janeiro de 1978, a indicação de Figueiredo como seu candidato à sucessão, opção justificada nestes termos: “o compromisso que o Figueiredo tinha (...) era prosseguir na normalização do país” (D’ ARAÚJO E CASTRO, 1997, 398).

Frota não nega seu desagrado quanto ao nome indicado e, nesse ponto, até explicita sua predisposição para a resistência; para ele, sua eleição

seria uma calamidade para a exausta Revolução, a necessitar de uma urgente reintegração em seus lídimos princípios e não de uma fase de concessões ilimitadas (...). **Sua permanência no poder seria... catastrófica e inaceitável.**¹⁰ (FROTA, 2006, 460)

⁹ Os grifos, em negrito, não constam do original.

¹⁰ O grifo, em negrito, não consta do original.

Claro está que a oposição de Frota à candidatura Figueiredo reflete a oposição ao processo de abertura, implementado, segundo ele, antes de se esgotarem os propósitos revolucionários, sobretudo no que se refere à estabilização política.

Apesar de reconhecer a autoridade do presidente no que tange à sucessão, e em tom bastante altruísta, Frota afirma que “não concebia que a escolha definitiva ocorresse sem o conhecimento e anuência das Forças Armadas” (FROTA, 2006, 323). Estas, por sua vez, “não prescindiriam desta participação, visto que eram as responsáveis perante a Nação pelos êxitos e fracassos da Revolução de 1964. (...) Do contrário, seria aliená-las da decisão vital aos destinos revolucionários” (FROTA, 2006, 436).

Geisel, entretanto, tem outra explicação para a oposição de Frota ao nome de Figueiredo. Acusa-o de, desde 1976, articular apoio e preparar o terreno para sua própria candidatura, à revelia da presidência. Mesmo desautorizado, Frota teria iniciado uma campanha de bastidores, atraindo políticos do Senado e da Câmara; parecia estar decidido a “ser o candidato dos que eram pela repressão” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 404). Geisel ironiza: “Meteram na cabeça do Frota que ele é que tinha que salvar o país do comunismo. Daí ele acabou endossando a campanha para fazê-lo presidente da República (...)” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 363).

Na sequência, demonstrando preocupação, Geisel afirma que os boatos de uma suposta candidatura à presidência do ministro do Exército começaram a ganhar força, tanto nos meios políticos como militares. Hugo Abreu (1979, 123) cita os comentários correntes: “dizia-se haver mais de oitenta congressistas já empenhados e era fácil prever que numerosos adesistas viriam engrossar as fileiras ‘frotistas’ em caso de possibilidade de vitória” .

Frota, rebatendo as acusações de Geisel e aproximando-se da versão de Abreu, ressalta que, à sua revelia, “no Congresso, começavam a surgir citações mais constantes do meu nome, insinuando a possibilidade de ser candidato à Presidente da República” (FROTA, 2006, 451). De sua parte, salienta: “nunca disse a ninguém que me julgava presidenciável (...) no entanto fui assediado, sob uma série de argumentos, por amigos, colegas e políticos, para que me manifestasse favoravelmente neste sentido” (FROTA, 2006, 452).

Examinando com atenção o peso político e militar do Exército no golpe de 1964, é evidente que as lideranças à frente do projeto de liberalização reconheciam que a posição assumida pelo ministro do Exército não poderia ser negligenciada. Para Geisel, as articulações de Frota caminhavam no sentido de tornar sua candidatura uma exigência dos oficiais, o que impossibilitaria uma recusa por parte do Planalto.

Mais uma vez, o depoimento de Hugo Abreu se destaca como o fiel da balança. Entende que “Frota como ministro do Exército era considerado como candidato natural, mas grande parte das notícias sobre sua candidatura eram forjadas pelo próprio grupo cuja sobrevivência

dependia da candidatura Figueiredo” (ABREU, 1979, 119). Apesar disso, pondera, deixando uma dúvida no ar:

É difícil dizer até que ponto o ministro Frota já se deixara envolver por tais articulações e até que ponto eram elas conduzidas à sua revelia (...). O fato é que Frota sempre desestimulara qualquer articulação de seu nome (...). (ABREU, 1979, 122)

Frota avalia que a possibilidade de ser um candidato natural preferido pelas hostes militares à sucessão presidencial – pretensão que nega peremptoriamente - preocupava Geisel e seus aliados, o que é confirmado pelo depoimento de Hugo Abreu (1979, 80): “o general Golbery alertava o presidente, inclusive na minha presença, sobre a necessidade de ter cuidado para que o novo ministro do Exército não viesse a se transformar em um novo Costa e Silva” .

Esse temor é apontado por Frota como responsável pelas articulações sigilosas para desmontar sua imagem enquanto ministro, transformando-o em elemento perturbador e justificando uma possível exoneração.

Hugo Abreu (1979) menciona tais articulações, nestes termos:

a imprensa era incentivada [pelo grupo palaciano] a apresentar o nome de Frota como provável sucessor de Geisel, enquanto o grupo denunciava tal manobra, por eles feita, como de iniciativa do ministro do Exército. (Hugo Abreu, 1979, 114)

Nesse ambiente, afirma Frota, alimentavam a ‘imprensa marxista’ com informações distorcidas sobre ele. Acusavam-no de fazer campanha e de negociar apoio à sua futura candidatura, chegando ao ‘cúmulo’ de insinuarem um plano de golpe que, afirma categoricamente, nunca existiu. Para ele, o governo procurava convencer a todos de que se tratava de eliminar a “última pedra no caminho da democracia” (FROTA, 2006, 511). A indignação e o ultraje tingem as páginas de seu depoimento.

Corroborando essa linha interpretativa, Hugo Abreu enfatiza que “o general Geisel estava envenenado contra seu ministro do Exército” (ABREU, 1979, 120), o que levava “as relações entre Geisel e Frota a uma atmosfera irrespirável” . Para ele, era “evidente que a

situação de suspeição em que se estava vivendo só servia aos interesses de Golbery e seu grupo” (ABREU, 1979, 115).

Nesse contexto, segundo o general Abreu, entre agosto e setembro de 1977, “recrudescer a campanha contra o ministro Frota. Consideravam (...) ter sido atingido o limite da campanha e, se o ministro conseguisse resistir por mais tempo, acabaria por se firmar, e seria o fim do acalentado sonho de permanência no poder.” (ABREU, 1979, 91)

Se considerarmos que Abreu era membro do governo e que isso lhe garantia uma visão privilegiada dos embates internos, suas afirmações nos permitem inferir que os planos do Planalto poderiam estar, de fato, seriamente ameaçados por Frota. Este, por sua vez, interpreta o esforço do governo para abortar iniciativas em defesa de outros possíveis presidenciáveis como a confirmação da falta de consenso e do caráter impositivo do nome escolhido.

A sucessão acabaria por se transformar, assim, numa grave crise política. Mais do que isso, seria o momento crucial para a continuação ou o retrocesso do processo de abertura e ápice da disputa entre duros e moderados, cujas raízes encontramos nos idos de 1964.

É importante distinguir a existência de um grupo, referido por Geisel como parcela expressiva das Forças Armadas, que era indiferente a tais questões. Para esse grupo valia a hierarquia, a disciplina e a obediência aos chefes militares. Isso explica a preocupação do presidente em garantir o apoio de generais e coronéis, situação que se transformaria em um teste à capacidade de liderança dos comandantes militares que protagonizavam a disputa.

Com uma clareza que dirime qualquer dúvida quanto ao confronto que se configurava, avalia Geisel:

se o Frota conseguisse que os generais de quatro estrelas e outros viessem a mim e dissessem: ‘O presidente tem que ser o Frota, nós queremos o Frota’, e se eu desse um balanço e verificasse que a maioria do Exército estava contra mim, o máximo que eu poderia fazer era lavar as mãos (...). (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 405)

Em tais circunstâncias, suspeitando que o Ministro estivesse articulando um dispositivo de apoio a si, não apenas político mas também militar, Geisel confirma ter iniciado um processo de desarticulação, com remoções de oficiais aliados de Frota, justamente para comprometer sua capacidade de liderança: “Eram dois generais da sua confiança, um deles muito radical (...). Numa emergência, numa dificuldade, se eu tivesse um problema maior com

o Frota, eles ficariam do lado dele” (D’ ARAÚJO; CASTRO, 1997, 374).¹¹ O desfecho inevitável seria a exoneração do ministro.

Com esse objetivo, afirma Abreu,

Na primeira semana de outubro de 1977, conseguiram os articuladores da candidatura Figueiredo envolver definitivamente Geisel em sua rede de intrigas. Estava o presidente pronto a jogar uma cartada que poderia levar o Brasil, inclusive, à guerra civil, mas que, se desse certo, limparia o caminho que levaria a oligarquia dominante à colimação de seu acalentado sonho de perpetuar-se no poder. (ABREU, 1979, 123-124)

O desfecho dessa crise ocorreria em 12 de outubro de 1977: Geisel demite o ministro do Exército, alegando incompatibilidade entre ambos, uma decisão pessoal e essencial para manter a coesão e o apoio do Exército e das Forças Armadas ao presidente, declaração que denota insegurança quanto à sua capacidade de arregimentar o apoio do segmento militar não envolvido com questões políticas. Em última análise, tratar-se-ia de uma atitude em defesa do projeto de abertura.

Desse modo, vislumbrando a possibilidade – ainda que remota ou frágil - de reação militar à saída de Frota, o ex-presidente reconhece ter mobilizado oficiais do Exército e da Aeronáutica com capacidade para defender a sede do governo em Brasília.

Ressalte-se que Geisel procura descrever o evento com o menosprezo que se dedica a algo que deve ser esquecido; abordagem que, contrariamente, revela a importância do momento para os destinos do país. Preocupa-se em passar uma impressão de tranquilidade e segurança que, entretanto, contrasta com as medidas preventivas que tomou, como também, com o relato revelador de Hugo Abreu, que nos remete a um diálogo travado com o presidente, dias depois.

‘O senhor sabe que o general Frota poderia ter assumido o governo no dia 12? Não sei o que aconteceria depois, mas ele teve possibilidade de fazê-lo’ .

Mas como? – perguntou Geisel.

¹¹ Sobre a movimentação dos generais Mário O’ Reilly de Sousa e José Luis Coelho Neto, aliados de Frota.

Minha explicação foi a seguinte: *'ele tinha controle sobre a maioria da tropa sediada em Brasília: bastava-lhe cercar o Palácio do Planalto e cortar as ligações deste com o exterior. Nessa situação ele informaria a todo o Brasil que prendera o presidente Geisel e assumira a presidência. Um manifesto bem feito consolidaria politicamente a situação'*.¹² (ABREU, 1979, 151)

Segundo o general Frota, esse temor não era infundado, a ponto de o governo incitar oficiais à indisciplina, impedindo-os de comparecer à reunião do Alto Comando do Exército, convocada pelo ministro recém-demitido, fato confirmado no relato de Hugo Abreu. Assegura Frota que “o que ele temia não era a fraqueza dos generais, mas a de seu governo, se examinado à luz dos preceitos da Revolução de 1964” (FROTA, 2006, 535).

Na ocasião, tendo sido procurado por vários oficiais favoráveis à resistência, já como ex-ministro do Exército, Frota avalia como elevada a possibilidade de um golpe dentro do golpe. Não se tratava, segundo ele, de uma fidelidade pessoal ao ex-ministro, mas de um ideal superior: “salvar os postulados revolucionários que submergiam lentamente num pântano moral, debilitados pela infiltração marxista” (FROTA, 2006, 535). Em tom apoteótico, afirma que seria uma ação para “impedir que a Revolução de 1964 morresse naquele dia” (FROTA, 2006, 522). Em contraste com a narrativa de Geisel, a descrição de Frota amplifica os eventos e lhes atribui dimensões épicas.

Mais uma vez aproximando-se de Frota, Hugo Abreu destaca a decisão do presidente como um fato altamente perigoso, sobretudo pela inevitável vinculação que se faria com a questão sucessória. Em função disso, teria alertado o presidente de que um posicionamento em favor da candidatura Figueiredo (ou de qualquer outra, à revelia das Forças Armadas) “não seria aceito pelo Exército. Seriam de esperar reações: desde atos de indisciplina até ações armadas” (ABREU, 1979, 130). Para ele, era fundamental que a área militar estivesse convencida da desvinculação dos fatos, o que evitaria uma crise que poderia levar a uma guerra civil.

Como ministro da Casa Militar, o próprio Hugo Abreu empenhou sua palavra nessa desvinculação. Não obstante, denota dúvida, pois afirma que o afastamento de Frota era um “verdadeiro golpe branco” (ABREU, 1979, 129) articulado pelo grupo de Golbery.

Em sua narrativa, Abreu afirma que, diante da exoneração de Frota, ponderou a possibilidade de deixar o governo, uma vez que “não podia fazer concessões em matéria de princípios morais” (ABREU, 1979, 129). Apesar disso, permaneceu no cargo; em tom de alarme, avaliou que sua permanência era fundamental para garantir a estabilidade do governo. Além disso, imputou seu posicionamento à confiança que depositava em Geisel, pois “o

¹² As aspas e o destaque em itálico são do próprio autor.

relacionamento em alto nível que (...) mantinha com o presidente não (...) dava margem para admitir que ele estaria representando uma farsa” (ABREU, 1979, 129).

Mais uma vez, procura inocentar o presidente e, por extensão, a si mesmo. Para ele, a situação vivida por Geisel era um clássico caso de “isolamento do poder: por mais que ele se esforçasse, os fatos não chegavam, eram muitas vezes distorcidos pela interpretação dos assessores” (ABREU, 1979, 159); o presidente teria se tornado “prisioneiro de sua influência” (ABREU, 1979, 180), no caso, da influência de Golbery.

Ao narrar o episódio de sua própria exoneração, a 3 de janeiro de 1978 - quando Geisel confirmou o nome de Figueiredo como seu sucessor - Abreu manifesta arrependimento e tristeza. A indicação de Figueiredo, nas condições em que se dera, o levava a concluir “que o presidente Geisel, a quem servira e respeitara por quase quatro anos, [o] havia enganado” (ABREU, 1979, 161), pois concluía que “o afastamento do general Frota era um ato político ligado ao problema da sucessão presidencial” (ABREU, 1979, 162).

Revelando a angústia que perpassa seu depoimento, contraditoriamente, afirma mais adiante: “até hoje não me convenço de que Geisel estivesse de acordo (...) com as manobras do grupo. (...) não creio ter ele descido ao nível das manobras do grupo que se está assenhoreando do poder” (ABREU, 1979, 205).

Quanto a Frota, mais uma vez alegando seu profundo apreço pelos valores militares - a disciplina e a lealdade -, justifica sua negativa à resistência, visto que ao presidente cabia a prerrogativa de nomeá-lo e demiti-lo. A iniciativa para a resistência - extralegal, ainda que legítima - caberia aos generais de Exército. Nada ocorreu. Em sua avaliação, lamentavelmente, a contaminação política sofrida pelo Exército, ao longo dos últimos anos, teria substituído os ideais pelos interesses.

Após a análise desses acontecimentos, Frota conclui que a articulação ‘mentirosa e difamatória’ em torno de sua suposta candidatura

foi uma manobra muito bem engendrada pelo grupelho do Planalto. Criava a incompatibilidade entre o presidente e o ministro; justificava uma vigilância mais rigorosa do SNI (...) sobre o general Frota; revelaria os simpatizantes do ministro a tempo de neutralizá-los; serviria para dar a qualquer atitude, tomada pelo ministro, de rejeição ao candidato do Planalto, o caráter de interesse pessoal, desvirtuando-a. (FROTA, 2006, 458)

A atenção dispensada pelos depoimentos de Geisel, Frota e Hugo Abreu aos eventos envolvendo a sucessão de 1979 traduzem a importância decisiva da vitória de Figueiredo para a transição política; para Frota, Figueiredo, à frente do Estado, continuaria pelos 'descaminhos' da abertura.

Contrastando com o relevo dispensado pelos estudiosos do tema ao governo Figueiredo (1979-1985), as narrativas de Geisel e Frota são marcadas pela desvalorização e pelo descaso em relação ao período.¹³ Isso fortalece a percepção de que o intervalo entre 1974 e 1979 é o mais denso da abertura.

Em função das limitações impostas pela natureza deste trabalho, nos permitiremos apenas breves considerações sobre o posicionamento dos narradores acerca de um acontecimento emblemático dos últimos anos da transição: a Campanha Diretas, Já!

Em que pesem todas as divergências entre ambos, no que tange à participação política dos cidadãos na estrutura política nacional nota-se uma significativa aproximação das narrativas de Geisel e Frota. Interessante salientar que não comentam a mobilização popular ou a euforia da campanha e nem cogitam qualquer chance de sucesso. Consideram o povo brasileiro atrasado, sem capacidade intelectual para discernir e fazer escolhas adequadas, sujeito a toda ordem de manipulação e cabresto. Adotam, claramente, postura elitista e conservadora quando o assunto é o controle do Estado.

A desvalorização da campanha pelas eleições diretas indica, também, a secundarização das demandas populares no que se refere ao caminho aceito para a transição rumo à normalidade democrática, devendo esta ser conduzida pela classe dirigente. A escolha desse fato para o esquecimento revela a intenção de salvaguardar uma memória elitista.

A abordagem é oposta àquela apresentada pelos especialistas, tais como Linz e Stepan (1999), Canclini (1997) e Sader (1988), que destacam a importância dos movimentos sociais no alargamento da vida democrática e o caráter aglutinador e autônomo da campanha pelas eleições diretas, expressão do amadurecimento político do cidadão comum.

Considerações Finais

Com suas narrativas, a tríade Geisel-Frota-Abreu nos remeteu aos bastidores do poder e das tramas que envolveram os altos escalões à frente do Estado Nacional durante o período de liberalização política no Brasil.

¹³ Hugo Abreu não está sendo considerado em relação à temática, pois sua obra data de 1979.

O destaque atribuído ao período do governo Geisel decorre não apenas da atenção dispensada ao mesmo pelos memorialistas, mas também do nível de tensão que a disputa entre Geisel e Frota atingiu. Tendo em vista a importância da sucessão presidencial para o avanço ou o recuo no processo de liberalização, o embate sucessório, segundo as narrativas, transformou-se no momento crucial e ápice da luta entre moderados e duros. Os relatos nos dão a dimensão do choque.

Segundo os depoentes, o episódio da exoneração do então ministro do Exército - e possível candidato à presidência apoiado pela linha-dura, general Sylvio Frota (1977) -, deixou o Brasil na iminência de um confronto militar direto entre os dois segmentos do Exército, fato que levaria o país a uma guerra civil, conforme apontaram os narradores. A intensidade e o potencial desestabilizador dessa disputa nos permitem, também, questionar o propalado controle exercido pelo Estado sobre o processo.

Superado esse momento, um último e inesperado obstáculo ameaça o projeto de transição negociada: a mobilização popular de 1984 em favor da realização de eleições diretas para a presidência, em 1985. Na contramão da historiografia, os memorialistas negam a autonomia da campanha e a possibilidade de interferir no desfecho da transição. A negligência frente ao tema denota sua certeza quanto à inaptidão política do povo; contraditoriamente, a escolha desse evento - ímpar na história nacional - para o esquecimento, nos permite concluir por sua notável importância e significado.

Passados trinta anos do retorno à normalidade democrática, a ditadura e seu legado ainda são alvos de intensos e apaixonados embates, em particular no campo da memória, no qual devemos considerar que “o jogo nunca está definitivamente disputado” (REIS, 2004, 30).

As inesgotáveis controvérsias sobre o período sempre nos colocam novas possibilidades de investigação sobre o tema e, nesse cenário, procuramos contribuir com um contraponto aos estudos que, até hoje, privilegiaram a memória dos opositores da ditadura.

A investigação mais profunda sobre o período é necessária, visto que a experiência da ditadura militar ainda persiste na vida do país. Como ocorre invariavelmente com nações que vivenciaram a superação de um regime ditatorial via transição pelo alto, também o Brasil não atingiu plenamente o regime democrático.

Assim, a Nova República foi construída sobre os escombros da ditadura. Comprometida com o esquecimento e com a tentativa de impor à sociedade uma pacificação forçada, alimentou ressentimentos de parte a parte, ignorando feridas e cicatrizes que vêm à tona sempre que se busca compreender a história recente do país, comprometendo a consolidação da democracia.

Desse modo, o país vive embates para superar a herança do regime, inclusive no campo da memória. Em todas as obras analisadas observa-se a preocupação em denunciar e combater um suposto revanchismo contra as Forças Armadas que, na perspectiva dos militares, grassa pelo país. Cabe ressaltar que essa preocupação foi apontada por vários autores como motivação principal para os testemunhos que se dispuseram a registrar.

A criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, é uma iniciativa que busca trabalhar as questões pendentes, sobretudo no que tange aos direitos humanos. Em função disso, tem sido alvo de muitas polêmicas por parte dos militares, apontados como responsáveis por arbitrariedades e violências de toda ordem. Contudo, entendemos que o aprofundamento da investigação trará valiosas contribuições para a afirmação da transparência política, dos valores democráticos e dos direitos humanos no país.

Para além desses avanços, a Comissão da Verdade, que trouxe a questão da memória para a pauta dos debates nacionais, vem reconhecer e formalizar o direito à memória no Brasil, um direito concernente a todos os povos e muito caro aos regimes democráticos.

Bibliografia

ABREU, H. *O outro lado do poder*. RJ: Nova Fronteira, 1979.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore, revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda, Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARBOSA, M. A. R. Direito à memória e à verdade. *Revista Direitos Humanos*, Brasília, DF, n. 1, 2008, p. 26-33. Disponível em

< <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh1.pdf> >
Acesso em: 23 de março de 2012.

CANCLINI, Nestor. *Consumidores e Cidadãos*. RJ: UFRJ, 1997.

CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARDOSO, I. Narrativa e História. *Revista Tempo Social*, SP, 12(2), 2000, p. 3-13.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 6. ed. vol. 1. SP: Paz e Terra, 1999.

- D' ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs). *Ernesto Geisel*. 3ª edição. RJ: FGV, 1997.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 4ª edição. SP: Contexto, 1994.
- _____. *Linguagem e ideologia*. 5ª edição. SP: Ática, 1997.
- FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. RJ: Civilização Brasileira, 1981.
- FROTA, S. *Ideais Traídos*. 2ª edição. RJ: Zahar, 2006.
- GABEIRA, F. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. SP: Centauro, 2006.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ª edição. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LINZ, J.; STEPAN, A. *A Transição e Consolidação da Democracia*. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul. Tradução de Patrícia Q. C. Zimbres. SP: Paz e Terra, 1999.
- MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 28, 2002, p. 178-201.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, Ph. C. *Transições do regime autoritário*: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988a.
- _____. *Transições do regime autoritário*: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988b.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. RJ, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- REIS, D. A. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R, P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois (1964/2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 29-52.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências e lutas de trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHILLING, F. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, E. et. al. (orgs). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. 2ª edição, revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, vol. 3. 2010. Disponível em http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/volume4_abertura_revista_e_ampliada.pdf> Acesso em: 26 de março de 2012.

SILVA, H. R. de. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. SP, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

THOMPSON, J. A *Mídia e a Modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Tradução de Miguel Salazar. Barcelona: Paidós, 2000.

Recebido em 26.02.2015 – aprovado em 20.10.2015